

## CONTRATO DE GESTÃO nº FMS0157/2021

CONTRATO DE GESTÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE BETIM-MG, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E COMO GESTORA A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS/INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA-INSV, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO:

### CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

#### 1.1 - DO CONTRATANTE

O Município de Betim-MG, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BETIM-MG/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.064.113/0001-00, com sede na Rua Pará de Minas, nº 640, Bairro Brasiléia, CEP 32600-412, na Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, SR. AUGUSTO VIANA DA ROCHA e presente o PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, SR. BRUNO FERREIRA CYPRIANO.

#### 1.2 - DA CONTRATADA

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS/INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA-INSV, situada na Rua Cel. Sebastião Dias, s/n, Bairro Oliveira dos Campinhos, na Cidade de Santo Amaro, Estado da Bahia, CEP: 44.215-000, Telefone: (71) 3561-0310 e Endereço Eletrônico (e-mail:) presidente@insvsauade.org, inscrita no CNPJ sob o nº 13.824.560/0001-02, neste ato representada pelo SR. VALERIANO JOSÉ DE FREITAS NETO, portador do CPF nº 438.205.495-87 e RG nº 249062550 SSP BA.

#### 1.3 - DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 59.292/2021, por Chamamento Público, efetuada com base na Lei Municipal nº 6.194/2017, do Decreto Municipal nº 43.007/2021 e do Decreto Municipal nº 43.029/2021.



## CLÁUSULA II - DO OBJETO

- 2.1 - Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Social – OS, nos termos da Lei Municipal n.º 6.194/2017, do Decreto n.º 43.007/2021 e do decreto N.º 43.029/2021 de 09/11/2021, que institui o Programa “Parto Humanizado Nascer Seguro”, para formação de vínculo de cooperação, por meio de CONTRATO DE GESTÃO, visando o fomento e a realização de atividades de interesse público consubstanciado na prestação de serviços técnicos especializados de operacionalização, gerenciamento e execução de atividades, ações e serviços de saúde, com fomento de ações de relacionadas ao bom funcionamento do Centro Materno Infantil (CMI), constituinte da Rede de Atenção à Saúde de Betim – Minas Gerais, abrangendo ainda ações de pesquisa, promoção, prevenção, atendimento, diagnóstico, tratamento e acompanhamento, conforme especificações, quantitativos, regramentos e legislação aplicável, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, em consonância com as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), da Secretaria Municipal de Saúde de Betim/MG, das diretrizes estabelecidas na Lei Municipal n.º 6.194/2017 Decreto n.º 43.007/2021, do Decreto n.º 43.029/2021 e Projeto apresentado pela Organização Social.

## CLÁUSULA III – DO PROJETO

### 3.1 - Identidade organizacional do Centro Materno Infantil

3.1.1 - Negócio: Assistência Hospitalar, Ensino e Pesquisa.

3.1.2 - Missão: Prestar assistência hospitalar e ambulatorial de qualidade, às Gestantes de Alto Risco e Risco Habitual bem como seu Recém Nascido, Puérperas, Mulheres em Situação de Violência Sexual, acompanhar o Recém Nascido de Risco, incentivar o Aleitamento Materno, de forma humanizada, acolhedora, segura e efetiva, alinhada aos Princípios do SUS, incentivando o Ensino e a Pesquisa, com foco na melhoria contínua.

3.1.3 - Visão: Ser reconhecido como o melhor lugar para nascer de Minas Gerais.

3.1.4 - Valores: Ética, respeito, calor humano, planejamento, compromisso, responsabilidade, conformidade, integridade.

## CLÁUSULA IV – DA ESTRUTURA FÍSICA DO CMI

### 4.1- 1º ANDAR – 23 (vinte e três) Leitos;

4.1.2 - Recepção Geral;

4.1.3 - Acolhimento com Classificação de Risco - ACRO: 01 (uma) Sala;

4.1.4 - Consultórios: 03 (três) Salas;

4.1.5 - Sala de Decisão Clínica, Cariotocografia e Observação: 03 (três) Salas;

4.1.6 - Consultório de Ultrassonografia: 01 (uma) Sala;

4.1.7 - Farmácia Satélite: 01(uma) Sala;

4.1.8 - Centro de Parto Normal: 05 (cinco) Leitos de PPP (pré parto, parto e pós parto) imediato;

4.1.9 - Pré parto de Indução - PPI: 04 (quatro) Enfermarias com 04 (quatro) Leitos – Total 16 (dezesseis) leitos;

4.1.10 - PPP - 02 (dois) leitos;

4.1.11 - BO (04 (quatro) Salas Cirúrgicas) Sala de Parto, Cirurgia e Curetagem, 01 (uma) Sala de Recuperação anestésica com 05 (cinco) leitos.

**4.2 - 2º ANDAR – 44 (quarenta e quatro) Leitos Neonatais e 6 (seis) Leitos Pediátricos;**

4.2.1 - 20 (vinte) leitos de UCINco;

4.2.2 - 20 (vinte) leitos de UTIN;

4.2.3 - 04 (quatro) de UTI Pediátrica;

4.2.4 - 06 (seis) UCINCA - Canguru.

**4.3 - 3º ANDAR ALOJAMENTO CONJUNTO E GESTAÇÃO DE ALTO RISCO – 30 (trinta) Leitos Obstétricos;**

4.3.1 - Leitos para gestantes alto risco;

4.3.2 - 04 (quatro) Leitos cangurus;

4.3.3 - 08 (oito) Leitos de alojamento materno;

4.3.4 - Puérperas;

4.3.5 - Puérpera egressa do CTI;

4.3.6 - Puérperas em tratamento clínico com RN;

4.3.7 - Puérperas em Aleitamento Materno;

4.3.8 - Puérperas com RN que necessita de fototerapia.

**4.4 - 4º ALOJAMENTO CONJUNTO E SALA DE VACINA – 30 (trinta) Leitos;**

4.4.1 - Puérperas;

4.4.2 - Puérpera egressa do CTI;

4.4.3 - Puérperas em tratamento clínico com RN;

4.4.4 - Puérperas em Aleitamento Materno;

4.4.5 - Puérperas com RN que necessita de fototerapia.

**4.5 - 5º e 6º LEITOS CLÍNICOS (À VOCACIONAR) (30 (trinta) LEITOS EM CADA ANDAR)**

4.5.1 - Neste primeiro momento esses andares (5º e 6º) não serão ocupados, cabendo a Secretaria Municipal de Saúde de Betim, a definição da tipologia e quantitativo de leitos a serem implantados.

**4.6 - 7º ANDAR**

4.6.1 - Administrativo;

4.6.2 - Refeitório.

## CLÁUSULA V – DO PÚBLICO ATENDIDO

- 5.1 - Gestante e puérpera de risco habitual e alto risco;
- 5.2 - Recém-nascido risco habitual e alto risco;
- 5.3 - Mulher vítima de violência sexual;
- 5.4 - Mulher em situação de vulnerabilidade social;
- 5.5 - Mulher em situação de abortamento;
- 5.6 - Mulher em situação de emergência obstétrica;
- 5.7 - Mulher em situação de emergências ginecológica;
- 5.8 - Acompanhamento ambulatorial do RN de alto risco – SERENAR (Serviço de Referência ao Recém-nascido de Alto Risco);
- 5.9 - Atendimento à mulher doadora de leite humano;
- 5.10 - Acompanhamento do RN na triagem auditiva neonatal.

## CLÁUSULA VI – DOS SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS

- 6.1 - Acolhimento com classificação de risco;
- 6.2 - Bloco Obstétrico;
- 6.3 - PPI - Pré parto de Indução;
- 6.4 - Centro de Parto normal;
- 6.5 - Unidade Materno Infantil - Alojamento Conjunto;
- 6.6 - UCINCA - Unidade de Cuidados Intermediários Neonatais Canguru;
- 6.7 - UCINCO - Unidade De Cuidados Intermediários Neonatais Convencional;
- 6.8 - UTIN - Unidade de Terapia Intensiva Neonatal;
- 6.9 - UTIP - Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica;
- 6.10 - Sala de Vacina;
- 6.11 - Serviço de atendimento psicossocial;
- 6.12 - Serviço de triagem neonatal, inclusive triagem auditiva e oftalmológica Neonatal; teste do reflexo vermelho.
- 6.13 - Realização de até 5.000 (cinco mil) partos ano.

## CLÁUSULA VII – DO DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL

### 7.1 - RECURSOS HUMANOS PREVISTOS

- 7.1.1 - Médicos gineco-obstetras;
- 7.1.2 - Médicos Pediatras Intensivistas/ Neonatologistas;
- 7.1.3 - Médicos anestesiologistas;
- 7.1.4 - Enfermeiros;
- 7.1.5 - Enfermeiros Obstetras;
- 7.1.6 - Técnicos em Enfermagem;
- 7.1.7 - Psicólogos;
- 7.1.8 - Assistentes Sociais;
- 7.1.9 - Nutricionistas;
- 7.1.10 - Fisioterapeutas;
- 7.1.11 - Terapeutas Ocupacionais;
- 7.1.12 - Fonoaudiólogos;
- 7.1.13 - Administrativos;
- 7.1.14 - Recepção;
- 7.1.15 - Segurança.

## CLÁUSULA VIII – DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO

8.1 - A Estruturação do Centro Materno Infantil será realizada em 03 (três) fases, sendo:

- 8.1.1 - Fase 1: Instalação dos serviços com realização de adequações e estruturação assistencial;
- 8.1.2 - Fase 2: Funcionamento de 133 (cento e trinta e três) leitos distribuídos até o 4º andar;
- 8.1.3 - Fase 3: Funcionamento de 193 (cento e noventa e três) leitos distribuídos até o 6º andar.

8.2 - A abertura dos respectivos leitos ocorrerá de acordo com a necessidade e interesse da gestão, mediante comunicado formal a Entidade emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

## CLÁUSULA IX – DO PLANO ORÇAMENTÁRIO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 - O Cronograma de desembolso será conforme Plano de Trabalho apresentado, sendo parte integrante deste Contrato de Gestão, Anexo II.

## **CLÁUSULA X – DO PROJETO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS.**

10.1 - O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, dos indicadores de resultados e a previsão de receitas e despesas, serão aqueles constantes das Propostas/Projetos elaborados e apresentados pela OS na fase de seleção, sendo parte integrante deste CONTRATO DE GESTÃO, independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

11.1 - Constituem obrigações gerais da ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

- 11.1.1 - Executar os Projetos apresentados e selecionados, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade em suas atividades.
- 11.1.2 - Responsabilizar-se por todas as ações, serviços e readequações estruturais necessárias.
- 11.1.3 - Responsabilizar-se por todos os serviços necessários ao pleno funcionamento dos serviços.
- 11.1.4 - Fazer contar da comunicação expedida pela Organização Social (mídia, sites, comunicação visual, comunicação oficial e formulários) a logomarca do SUS e brasão da Prefeitura Municipal de Betim.
- 11.1.5 - Os formulários assistenciais deverão seguir aos padrões adotados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 11.1.6 - Gerir todos os recursos humanos sob sua responsabilidade e quaisquer outros que se fizerem necessários para o funcionamento dos serviços.
- 11.1.7 - Zelar pela segurança do patrimônio, das instalações físicas e dos recursos humanos, pelo conjunto de mecanismos e ações para prevenir e reduzir perdas patrimoniais e promover o bem-estar aos seus usuários, no estímulo aos comportamentos éticos e de convivência comunitária pacífica.
- 11.1.8 - Fornecer os recursos técnicos e operacionais necessários à cobertura de escalas de trabalho com controle de frequência e dispositivos de identificação e porte obrigatórios para atuação no Centro Materno Infantil (CMI).
- 11.1.9 - Responsabilizar pela prestação de serviços de ouvidoria/avaliação da satisfação do usuário e operacionalização dos serviços, seguindo as diretrizes da Portaria nº 2.416, de 07 de novembro de 2014.
- 11.1.10 - Deverá também responder no prazo estabelecido as demandas da Secretaria Adjunta de Ouvidoria e de Corregedoria.
- 11.1.11 - Registrar obrigatoriamente em sistema informatizado todos os atendimentos realizados e toda assistência realizada, toda a Produção Ambulatorial e Hospitalar de acordo com as normas do Ministério da Saúde/DATASUS e/ou da Secretaria Municipal de Saúde.

- 11.1.12 - Cumprir a produção assistencial prevista.
- 11.1.13 - Implantar e implementar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e os Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) de acordo com as normas da ANVISA e da Secretaria Municipal de Saúde de Betim.
- 11.1.14 - Possuir um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme preconiza a NR 9, que compõe a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e suas alterações.
- 11.1.15 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes.
- 11.1.16 - Realizar pesquisa de satisfação no momento da alta, mediante instrumento validado pela SMS Betim e sistematizar a informação para a Secretaria Municipal de Saúde quadrimestralmente e sempre que demandado.
- 11.1.17 - Manter atualizado o cadastro de todos os colaboradores no SCNES que atuam no CMI.
- 11.1.18 - Justificar as razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido, por escrito, pelo paciente ou por seu responsável.
- 11.1.19 - É vedada a cobrança ao paciente, ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão de qualquer atendimento decorrente da execução do contrato.
- 11.1.20 - Responsabilizar-se unilateralmente por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do CONTRATO DE GESTÃO.
- 11.1.21 - Responsabilizar-se pelo pagamento de indenização por dano causado ao paciente, decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados ou prepostos, assegurando-se o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 11.1.22 - É vedada a utilização do CONTRATO DE GESTÃO, sem prévia e expressa autorização do Município, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.
- 11.1.23 - É vedada a redução, acréscimo ou alteração das metas/obrigações e atividades decorrentes da execução do CONTRATO DE GESTÃO sem a formalização do respectivo termo aditivo.
- 11.1.24 - Submeter-se à Regulação e Auditoria instituída pelo Gestor Municipal/Estadual/Federal.
- 11.2 - Garantir, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso dos Conselhos de Saúde a documentos e ambiente onde ocorra a execução do CONTRATO DE GESTÃO.
- 11.3 - Movimentar os recursos financeiros transferidos pelo CONTRATANTE em conta bancária específica, sendo uma conta para movimento e outra específica para provisão de despesas e encargos trabalhistas.
- 11.4 - Disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Município CONTRATANTE, especialmente aquelas necessárias à disponibilização do Portal da Transparência.

- 11.5 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos, de quaisquer natureza, relativas aos recursos humanos necessários ao atendimento do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, inclusive assumindo a responsabilidade pelo atendimento de encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e, inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, incluindo taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 11.6 - Assegurar à CONTRATANTE os direitos autorais da solução, do projeto e suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres e de todos Os demais produtos gerados em decorrência da execução do CONTRATO DE GESTÃO, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados.
- 11.7 - É vedada a utilização dos produtos previstos no subitem sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.8 - Implantar modelo de compliance, que deve consistir em mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e da aplicação efetiva de códigos de ética e conduta.
- 11.9 - Respeitar a Legislação Ambiental, devendo possuir toda a documentação exigida.
- 11.10 - Respeitar toda a legislação sanitária do SUS.
- 11.11 - Publicar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do CONTRATO DE GESTÃO, regulamento próprio contendo as regras e procedimentos que adotará para contratação de recursos humanos, obras, serviços, compra, alienação e locação de bens móveis e imóveis com emprego dos recursos provenientes da execução do CONTRATO DE GESTÃO, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.
- 11.12 - Adotar medidas que assegurem e agreguem transparência ao processo gerencial na execução do CONTRATO DE GESTÃO, inclusive com apresentação de relatórios de prestação de contas, financeiros e de custos, para acompanhamento das partes quadrimestralmente e sempre que solicitado.
- 11.13 - Integrar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).
- 11.14 - Garantir e zelar pela economicidade, pelo equilíbrio econômico e financeiro do contrato firmado e a regularidade do pagamento aos colaboradores e funcionários e fornecedores.
- 11.15 - Disponibilizar quadrimestralmente e/ou sempre que solicitado, a documentação comprobatória da execução dos serviços e relatórios de atividades que demonstrem a execução do objeto do contrato, conforme o fluxo de encaminhamento e o formato das informações definidos pelo Gestor Municipal.
- 11.16 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município, pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação - e/ou demais órgãos encarregados do controle, da fiscalização e da regulação relativamente às atividades, operações, contratos, documentos, registros contábeis e demais assuntos que se mostrarem pertinentes.
- 11.17 - Permitir o livre acesso aos livros contábeis, papéis, documentos e arquivos concernentes as atividades e operações vinculadas ao objeto do CONTRATO DE GESTÃO, tanto por técnicos



designados pela CONTRATANTE, como por técnicos dos órgãos de controle interno e externo, quando em missão de fiscalização, controle, avaliação ou auditoria.

- 11.18 - Remeter imediatamente à Procuradoria Geral do Município as intimações, ofícios, solicitações e as notificações administrativas, policiais ou judiciais que a CONTRATANTE tenha interesse, com o concomitante encaminhamento das informações, dos dados e documentos necessários para a defesa dos interesses do Município, em juízo ou fora dele, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal daquele que deixar de fazê-lo ou se o fizer fora do prazo.
- 11.19 - Disponibilizar ao Município para que sejam incorporados ao seu patrimônio, nas hipóteses de sua extinção/dissolução ou desqualificação, as doações e os legados eventualmente recebidos em decorrência das atividades executadas no CONTRATO DE GESTÃO, bem como, todos os bens adquiridos com recursos desse Contrato e os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução.
- 11.20 - Pôr à disposição do Município para que sejam revertidos ao seu patrimônio, nas hipóteses de desqualificação ou extinção da entidade e de rescisão deste CONTRATO DE GESTÃO, os bens adquiridos e/ou cujo uso foi permitido, bem como o saldo de quaisquer dos recursos financeiros recebidos em decorrência do CONTRATO DE GESTÃO.
- 11.21 - Comunicar imediatamente quaisquer intercorrências e/ou fatos capazes de redundar em pedido de indenização contra a CONTRATANTE.
- 11.22 - Obedecer às Normas do Ministério da Saúde – MS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde, assim como as normativas dos Conselhos Profissionais.
- 11.23 - Promover a adesão de compromisso de todos os colaboradores com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), quais sejam os da universalidade, equidade, descentralização, integralidade e participação da comunidade.
- 11.24 - Definir Política de Segurança Ocupacional, com foco no bem-estar, a fim de proporcionar ambiente de trabalho seguro e saudável.
- 11.25 - Manter os colaboradores permanentemente capacitados e atualizados, oferecendo cursos de educação permanente, elaborando e promovendo o Plano de Educação Continuada, mediante Levantamento de Necessidade de Treinamentos (LNT) com ações de valorização do colaborador, agindo em seu desenvolvimento, integração, promoção, remuneração e parceria na execução das atividades em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Betim.
- 11.26 - Disponibilizar seus colaboradores para participar das oficinas e dos cursos de capacitação oferecidos pela CONTRATANTE.
- 11.27 - Responder, com exclusividade, pela capacitação e orientação técnica dos recursos humanos necessários a execução eficaz e eficiente do CONTRATO DE GESTÃO.
- 11.28 - Contratar pessoal para compor o quadro funcional da ORGANIZAÇÃO SOCIAL quando houver demanda de pessoal, mediante processo seletivo simplificado com critérios objetivos.
- 11.29 - Prover registro e arquivo atualizados dos profissionais que compõem a equipe técnica, apresentando os diplomas e especialidade de cada membro da equipe indicada, bem como a

certidão de registro e quitação no conselho profissional competente e a carteira de identidade profissional expedida pelo Conselho de Classe Regional de sua especialidade.

- 11.30 - Manter controle do ponto biométrico de todos os profissionais contratados em serviço, aferindo-o e alimentando o sistema informatizado, caso implantado.
- 11.31 - Implantar e manter as normas de atendimento a Acidentes Biológicos e Programa de Proteção de Riscos Ambientais (PPRA) junto aos seus profissionais além de fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), conforme Portarias e Resoluções da ANVISA e Ministério do Trabalho.
- 11.32 - A CONTRATADA obriga-se a entregar os BENS REVERSÍVEIS integralmente amortizados, em perfeitas condições de operacionalidade e utilização à CONTRATANTE, livres de quaisquer ônus ou encargos no término do contrato de gestão.
- 11.37 - A CONTRATADA obriga-se a realizar o número mínimo de até 5.000 (cinco mil) partos anual.

## CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 12.1 - Constituem obrigações gerais da CONTRANTANTE:

- 12.1.1 - Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do CONTRATO DE GESTÃO, de acordo com as Propostas/Projetos apresentados e solucionados e em consonância com as Políticas de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e Diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde de Betim/MG;
- 12.1.2 - Indicar a OS o banco em que deverá ser aberta a conta bancária específica para movimentação dos recursos financeiros necessários ao fomento e execução do CONTRATO DE GESTÃO;
- 12.1.3 - Desembolsar os recursos financeiros a OS nos termos estabelecidos na Cláusula Quarta;
- 12.1.6 - Publicar no Diário Oficial da União, do Estado e do Município extrato do CONTRATO DE GESTÃO e de seus aditivos e apostilamentos, após assinatura;
- 12.1.7 - Constituir Comissão de Acompanhamento e Avaliação, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO DE GESTÃO, nos termos que preceitua o § 2º do art. 13 da Lei Municipal 6.194/2017;
- 12.1.8 - Prestar apoio e assessoramento técnico com o objetivo de garantir a eficiência e a eficácia da gestão do CONTRATO DE GESTÃO, assim como o cumprimento dos indicadores e metas de resultados;
- 12.1.9 - Fornecer ao Conselho Municipal de Saúde todos os elementos indispensáveis ao cumprimento de suas funções de acompanhamento e fiscalização da execução do CONTRATO DE GESTÃO.
- 12.1.10 - Ceder profissionais efetivos lotados atualmente nas maternidades do Município, vinculados diretamente na assistência (executando profissionais administrativos e de

apoio). A cessão de profissionais será de acordo com as previsões apresentadas no Plano de trabalho.

### CLÁUSULA XIII – DOS RECURSOS FINANCEIROS

13.1 - Para o cumprimento do objeto e dos indicadores e metas estabelecidas neste CONTRATO DE GESTÃO e conforme previstos no Plano de Trabalho apresentado e aprovado, com a realização de até 5.000 (cinco mil) partos anuais, a CONTRATANTE repassará a OS o valor correspondente à R\$ 40.521.987,80 quarenta milhões, quinhentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos, sendo: Etapa I – Implantação: R\$ 1.307.600,00 (um milhão, trezentos e sete mil e seiscentos reais) e na Etapa II – Operacionalização: R\$ 39.214.387,80 (trinta e nove milhões, duzentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), para os 12 (doze) meses de vigência do contrato de gestão, mensalmente conforme cronograma de desembolso previsto na proposta/projeto apresentado e selecionado, parte integrante deste contrato.

13.1.1 - O desembolso financeiro da etapa de Operacionalização (a partir do 4º mês) levará em consideração o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos como obrigatórios na proposta/projeto apresentado e selecionado.

13.2 - Os prazos de desembolso previstos nesta cláusula poderão sofrer modificações unilaterais pela CONTRATANTE nos casos de se identificar atrasos no cronograma de execução previsto na proposta/projeto apresentada e selecionada.

13.3 - Poderá haver a retenção dos valores correspondentes ao previsto em cronograma de desembolso quando identificado o descumprimento de indicadores, metas ou evidências de irregularidade na aplicação dos desembolsos anteriores.

13.4 - Havendo atrasos nos desembolsos previstos no cronograma estabelecido na Proposta/Projeto a OS poderá realizar adiantamentos com recursos próprios à conta bancária indicada pela CONTRATANTE, tendo reconhecidas as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados e que estejam previstos na Proposta/Projeto.

13.5 - O cronograma de desembolso poderá ser revisto trimestralmente de forma a compatibilizar os custos apresentados pela OS em suas prestações de contas parciais. a) A revisão poderá ser registrada por simples apostila nos casos em que não haja alteração do valor global do(s) Projeto(s);

13.6 - No caso da OS não apresentar a prestação de contas parcial, nos termos previstos nesta cláusula, poderá a CONTRATANTE suspender os desembolsos financeiros, até que seja apresentada a prestação de contas parcial, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

### CLÁUSULA XIV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - Os recursos financeiros, necessários ao objeto do presente contrato de Gestão, correrão à conta da dotação orçamentária específica do Fundo Municipal de Saúde de Betim/Secretaria Municipal de Saúde de nº:

- a) **09.01.10.302.0076.152001.3.3.50.43.015500** - OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO MATERNO INFANTIL – (Subvenções Sociais), no valor de **R\$40.521.987,80** (quarenta milhões, quinhentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), sendo **R\$1.307.600,00** (um milhão, trezentos e sete mil e seiscentos reais) para o presente exercício de 2021 e **R\$39.214.387,80** (trinta e nove milhões, duzentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos) para o exercício de 2022, na dotação equivalente.

## CLÁUSULA XV – DA FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1 - A CONTRATADA deverá se submeter aos atos de acompanhamento e fiscalização exercidos pela CONTRATANTE, assim como prestar contas do cumprimento do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO e dos recursos financeiros e bens recebidos.

15.1.1 - Fica assegurado o direito da Administração CONTRATANTE, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Betim, exercer ampla, irrestrita, e permanente fiscalização dos serviços executados pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL vencedora, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos e/ou subordinados, assim como terceiros que lhe prestem serviços.

15.1.2 - A execução do CONTRATO DE GESTÃO será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, constituída para esta finalidade e cujas atribuições serão regulamentada por meio de Portaria do Poder Executivo Municipal.

15.1.3 - O acompanhamento e a fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Organização Social contratada, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

15.1.4 - Deverá a entidade signatária do CONTRATO DE GESTÃO apresentar quadrimestralmente e ao término de cada exercício relatório pertinente à execução do contrato de gestão, o qual deverá conter minimamente:

15.1.4.1 - Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;

15.1.4.2 - Prestação de contas correspondente ao exercício financeiro e relativas aos recursos financeiros desembolsados.

15.1.15 – A CONTRATADA deverá apresentar resposta aos apontamentos do relatório de glosas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

15.2 - Poderá a Administração CONTRATANTE, a qualquer momento sempre que recomende o interesse público, exigir a apresentação de relatórios e informações.

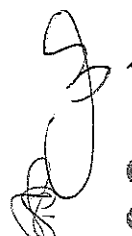
- 15.3 - Poderá a Administração Contratante intervir na Organização Social na hipótese de comprovado risco ao fiel cumprimento das obrigações assumidas no CONTRATO DE GESTÃO.
- 15.4 - Sem prejuízo das atribuições previstas em regulamento, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação se reunirá ordinariamente no mês subsequente ao término de cada quadrimestre, ou a qualquer tempo, sempre que julgar necessário, para analisar e emitir parecer até o último dia do mês subsequente ao quadrimestre, quanto ao cumprimento das metas/indicadores, previstos no Anexo II deste instrumento e do CONTRATO DE GESTÃO, os quais preveem a descrição dos indicadores e as metas a serem cumpridas.
- 15.5 - O parecer elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação será enviado ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde para conhecimento e providências que julgar necessárias.
- 15.6 - O quórum mínimo para instauração de reuniões será de metade mais um dos membros da Comissão de Avaliação, que deliberará por maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.
- 15.7 - A comissão emitirá relatório conclusivo, que será encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde e aos órgãos de controle interno e externo do Município.

#### CLÁUSULA XVI – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

- 16.1 - Os resultados atingidos com a execução do CONTRATO DE GESTÃO devem ser analisados pela Comissão de Avaliação citada na Cláusula Terceira.
- 16.1.1 - A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Plano de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao PARCEIRO PÚBLICO, em até 60 (sessenta) dias após o término deste CONTRATO DE GESTÃO.

#### CLÁUSULA XVII – DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

- 17.1 - O prazo de vigência do CONTRATO DE GESTÃO será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.
- 17.1.1 - Terá a Organização Social o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato, para dar início ao pleno funcionamento dos serviços, observadas as obrigações previstas neste CONTRATO DE GESTÃO e nas Propostas/Projetos apresentados e selecionados.
- 17.2 - Havendo inadimplemento do objeto, com ou sem excedentes financeiros junto à OS, o CONTRATANTE poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar o CONTRATO DE GESTÃO, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, ou requerer a devolução dos recursos transferidos e/ou adotar outras medidas que julgar cabíveis.





## CLÁUSULA XVIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - No caso de inadimplemento das obrigações e responsabilidades assumidas pela OS, esta estará sujeita às seguintes penalidades:

18.1.1 - Advertência, por escrito, sempre/ que verificadas pequenas inadequações;

18.1.1.1 - Rescisão do CONTRATO DE GESTÃO;

18.1.1.2 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 cinco anos.

18.2 - Ultrapassado o prazo sem que os motivos que levaram a declaração da inidoneidade e seus resultados tenham cessado, permanecerá a punição até a regularização perante a autoridade que determinou a punição.

18.2.1 - Dentre as causas que motivam a declaração de inidoneidade estão:

18.2.1.1 - Apresentar atestado/declaração falsa;

18.2.1.2 - Cometer fraude tributária, previdenciária ou fundiária;

18.2.1.3 - Fraudar a elaboração ou execução dos Projetos selecionados.

18.3 - Além das penalidades citadas, a proponente ficará sujeita, no que couber, as penalidades referidas na Lei Municipal nº. 6.194/2017.

18.4 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas civis e penais cabíveis.

18.5 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a OS o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA XIX – DA RESCISÃO

19.1 - O presente CONTRATO DE GESTÃO poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

19.1.1 - Se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste CONTRATO DE GESTÃO, por parte da ORGANIZAÇÃO SOCIAL;

19.1.2 - Unilateralmente pela CONTRATANTE se houver redução da receita, arrecadação e/ou repasses financeiros destinados a custear a execução deste CONTRATO DE GESTÃO;

19.1.2.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE, durante a vigência deste CONTRATO DE GESTÃO a OS perder, por qualquer razão, sua qualificação como “ORGANIZAÇÃO SOCIAL” e demais condições apresentadas por ocasião da habilitação;

19.1.2.2 - Unilateralmente pela CONTRATANTE se não houver interesse ou conveniência para a Administração na continuidade da execução deste CONTRATO DE GESTÃO, devidamente justificado.

19.2 - A rescisão de que trata essa Cláusula, deverá ser comunicada por uma parte à outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (TRINTA) dias.

## CLÁUSULA XX – DA MODIFICAÇÃO

20.1 - O presente CONTRATO DE GESTÃO e as Propostas/Projetos que deste faz parte, independente de transcrição, poderão ser ajustados, de comum acordo entre as partes, por meio da celebração de Termo Aditivo, naquilo que não conflite com a natureza do regime de parcerias da Administração Pública.

## CLÁUSULA XXI – DO FORO

21.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Betim para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

**BETIM - MG, 17 DE DEZEMBRO DE 2021.**

  
**AUGUSTO VIANA DA ROCHA**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
GESTOR DO SUS-BETIM

  
**BRUNO FERREIRA CYPRIANO**  
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

  
**VALERIANO JOSÉ DE FREITAS NETO**  
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

VDA